



"Quão Díficil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 15/10

30 de Dezembro de 2010



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UEO.



Mensagem Para Um Novo Ano!



Estamos nas horas finais do ano de 2010, ano que se pautou pela continuidade da necessidade de muita e intensa luta associativa que, de entre outros aspectos, permitiu que algumas correcções fossem introduzidas num sistema remuneratório injusto, confuso e lesivo particularmente para as categorias de Sargentos e Praças das Forças Armadas. Contudo muito ainda há por fazer pois todos os dias somos confrontados com novas situações de injustiça relativa, desigualdade de tratamento e eventuais ilegalidades, fruto deste anacrónico sistema remuneratório sistematicamente denunciado e repudiado pela ANS junto das várias autoridades políticas e militares.

No entanto, vivemos neste final de ano, numa ilusão de problemas resolvidos. Problemas falsamente resolvidos! Problemas NÃO resolvidos, de facto!

As correcções retributivas e reposicionamentos na respectiva tabela remuneratória ultimamente produzidos, em muitos casos de forma manifestamente atabalhoada, vieram trazer para alguns a sensação de ganhos retributivos, quando afinal se trata de algo que há muito tempo deveria ter ocorrido, sem trazer como consequência os prejuízos materiais e fiscais que entretanto os agregados familiares vieram sentindo.

Por outro lado, e com maior visibilidade e impacto, estamos a viver uma situação sem precedentes na história das Forças Armadas face ao número de promoções e saídas das fileiras de centenas de militares. Internamente agravam-se as situações de tratamento diferenciado entre especialidades, classes, armas e serviços pela forma como são geridos os mecanismos geradores de promoção. Este factor é potenciador da perda de coesão e disciplina no seio das Forças Armadas pois os critérios que presidem à aplicação de mecanismos geradores de promoção não são iguais para todos os militares, acentuando diferenças que há muito se vêm sentindo pela falta de práticas uniformes, transparentes e coerentes de progressão nas diferentes carreiras. Por outro lado, fica a amarga constatação de que o drama vivido por centenas de Sargentos que marcaram passo no posto ao longo de muitos anos, poderia e deveria ter tido um curso diferente, com uma carreira mais fluente se a vontade dos chefes políticos e militares tivesse permitido que o que agora se faz apressadamente tivesse tido uma aplicação mais eficaz, coerente e racional ao longo do tempo, evitando as dolorosas e quantas vezes injustas situações de passagem à situação de Reserva Compulsiva com que se viram confrontados inúmeros Sargentos, profissionais com folhas de serviço exemplares, na maioria dos casos. Mais uma vez fica tristemente demonstrado que os alertas e apelos feitos pela ANS tinham toda a razão de ser. Podiam e deviam ter sido atendidos! Terão de ser atendidos no futuro!

Constatamos que a coberto desta falsa sensação de problemas resolvidos, vem o governo implementar medidas muito mais gravosas para a qualidade e condição de vida dos portugueses, dos militares, dos Sargentos de Portugal e suas famílias. Estamos a falar das propostas de cortes nos vencimentos, nas reduções de inúmeros abonos, nos cortes na assistência à saúde, no aumento de impostos e contribuições sociais, nos congelamentos das promoções, progressões ou mudanças de posições remuneratórias, tudo feito sem que a obrigatória consulta e audição dos organismos representativos dos diferentes universos de profissionais fosse cumprido, conforme a Lei.

Quando lemos no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, que *"No quadro de uma política adoptada na zona euro com vista a devolver a confiança aos mercados financeiros e*

aos seus agentes e fazer face ao ataque especulativo à moeda única, o Governo Português reafirma o total empenhamento em atingir os compromissos assumidos em matéria de redução de défice orçamental em 2010 e 2011..." talvez se compreenda a ligeireza com que o Ministro das Finanças diz não haver fundamento para a destituição de gestores públicos que fazem aplicações financeiras, mesmo depois do Tribunal de Contas ter apontado motivos válidos para as demissões em empresas públicas. Afinal continua a ser sobre aqueles que menos podem, aqueles que não fogem às suas obrigações tributárias, aqueles que não usam indevidamente os dinheiros dos contribuintes, que recaem as medidas penalizadoras e gravosas. É fácil ser forte com os fracos e fraco com os poderosos.

Tendo em conta o estipulado na Lei do Orçamento de Estado para 2011 e demais legislação que posteriormente vem sendo produzida, o ano de 2011 afigura-se de grandes dificuldades, sobretudo para quem auferir rendimentos mais baixos. Acentua-se o ataque aos agentes da administração pública e demais servidores do Estado como se fossem estes os causadores do descalabro económico e social, desviando as atenções daqueles que são de facto os causadores do estado a que chegámos.

Contudo, já em 1385, 1640, 1974 os portugueses em geral, e também em 1891, 1910, 1989 os Sargentos em particular, deram mostras de saber resistir, de saber dizer NÃO!, de saber defender os princípios enformadores de um Estado, da sua Independência, dos seus direitos individuais e colectivos de cidadania tomando as acções que o seu compromisso jurado a tanto obrigou.

Estamos certos que perante o cenário negro que se avizinha, saberemos todos uma vez mais responder às exigências que a vida e o correr da História nos colocam e usando os mecanismos legalmente postos à nossa disposição, encontraremos a melhor forma de unir esforços e defender os princípios e valores constitucionalmente consagrados. Temos essa obrigação! Temos esse compromisso perante o Povo Português!

Quando se prepara um novo acto eleitoral para a condução dos destinos da nossa associação representativa – a ANS – apelamos aos Sargentos de Portugal que participem activamente no apoio e reforço desta realidade associativa representativa de uma classe profissional que desde sempre deu mostras da sua dedicação aos valores pátrios, nunca regateando esforços e sacrifícios para alcançar os seus objectivos.

Comemoram-se em 2011 os cento e vinte anos da gesta heróica de 31 de Janeiro de 1891, acção que conduziu quase duas décadas depois à implantação da República em Portugal, pondo fim à situação vergonhosa em que se encontrava o País, face à comunidade internacional mas mais gravemente face aos seus próprios cidadãos.

Hoje como ontem, animados pelo exemplo daqueles homens de 1891, saibamos defender os direitos de cidadania dos nossos concidadãos, dos nossos familiares, dos nossos camaradas. Não aceitemos a fatalidade da crise que nos querem impor, não aceitemos a inevitabilidade dos prejuízos que afectam sempre os mesmos, não aceitemos ser tratados como cidadãos menores e sem capacidade interventiva.

Com confiança, unidade e determinação cerremos fileiras em torno da nossa associação representativa e participemos activamente na construção de umas Forças Armadas verdadeiramente ao serviço do Povo Português, de acordo com o preceituado na Constituição da República Portuguesa!

A Direcção

Lisboa, 30 de Dezembro de 2010